

**Ata da 7ª Sessão Ordinária do 1º Período do Poder Legislativo de
Cristinápolis/SE - 2023**

Aos vinte e um (21) dia do mês de março de 2023, às 09h00min, na Câmara Municipal de Cristinápolis, Plenário Vereador José Iris Cotias de Oliveira, sob a presidência do Excelentíssimo Vereador ADELMO GONÇALO DIAS DOS SANTOS, contando com as presenças dos eminentes vereadores, ELIELMA QUINTELA GUIMARÃES, ELENILDA DOS SANTOS, JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA DE ANDRADE PAIVA, JORGE ÍCARO DE SATANA HORA, GILBERTO ALVES ROCHA, CRISTIANO SOARES DE MENEZES, LANDERROBSON JAIRON DOS SANTOS RIBEIRO, SEBASTIÃO VITOR DOS SANTOS JÚNIOR e ADEMILSON OLIVEIRA.

De início, o Presidente saudou a todos os presentes e abriu os trabalhos legislativos.

Ato contínuo, ele registrou as presenças supracitadas, com ausência do vereador JÓAO DOS SANTOS GUIMARÃES.

O presidente convidou os presentes para ficarem de pé e juntos realizarem a oração do “Pai Nosso”.

Após, o presidente convidou a vereadora Elenilda dos Santos para fazer a leitura do salmo 03 (três).

Na sequência, o Presidente Adelmo Gonçalo pediu para a 1º secretária Elielma Quintela para fazer a leitura da ATA da Sessão do dia 14/03/2023, o edil Sebastião Vitor pediu a dispensa, pois todos já tiveram acesso e tinha muitos expedientes a serem lidos. Após, a dispensa e a leitura foram aprovadas.

Ato contínuo, a vereadora Elielma Quintela Guimarães fez a leitura do Projeto de Lei nº 01/2023 de autoria do Poder Executivo que “Dispõe sobre a adequação dos vencimentos dos servidores públicos municipais em observância a medida provisória 1.143 de dezembro de 2022, que dispõe sobre novo valor do salário mínimo para o ano de 2023 e dá outras providências”

Após, encerrou-se o **PEQUENO EXPEDIENTE**.

No **GRANDE EXPEDIENTE**, o relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, José Claudio, fez a leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº05/2023 que dispõe sobre o estabelecimento do salário base do cargo de arquiteto e fiscal de tributos do Município de Cristinápolis e dá outras providências.

E leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 06/2023 que dispõe sobre alteração da Lei nº 812/2022 que trata das gratificações do município de Cristinápolis e dá outras providências.

Na **ORDEM DO DIA**, foi votado o Projeto de Lei nº 01/2023 que “Dispõe sobre a adequação dos vencimentos dos servidores públicos municipais em observância a medida provisória 1.143 de dezembro de 2022, que dispõe sobre novo valor do salário mínimo para o ano de 2023 e dá outras providências”. O Projeto ficou aprovado por todos presentes no Plenário na primeira votação.

Ato contínuo, foi votado o Projeto de Lei nº02/2023 que “fica instituída a plataforma digital informativa das obras públicas municipais e dá outras providências.

Votaram favorável ao Projeto 02/2023 os edis: Landerrobson Jairon dos Santos Ribeiro, Jorge Ícaro de Santana Hora, Gilberto Alves Rocha, Elielma Quintela Guimarães.

Votaram contra ao Projeto 02/2023 os edis: Cristiano Soares de Menezes, Ademilson Oliveira, Sebastião Vitor dos Santos Júnior, José Cláudio Ferreira de Andrade Paiva, Elenilda dos Santos.

Sendo assim, o Projeto nº 02/2023 ficou reprovado.

Iniciada as Considerações Finais, o edil Sebastião Vitor usou do momento para homenagear o ex-prefeito José de Oliveira que compareceu ao plenário desta casa legislativa, ressaltou que nos últimos dias tiveram

diversas polêmicas relacionadas ao orçamento público municipal, disse também que é legítima a manifestação orquestrada pelos pais de alunos da rede municipal.

Dando continuidade, o vereador reiterou que o orçamento é uma propositura do executivo municipal, que chega provavelmente entre os meses de julho e agosto, ficando nessa casa até ser modificada e votada por esta casa legislativa. Explicou para o público presente que os vereadores somente podem entrar em recesso parlamentar após a votação desta lei orçamentaria, que é feita pelos escritórios de contabilidade.

Finalizou, justificando que a lei orçamentaria veio com diversos erros e que o gestor municipal reconheceu sua culpa, no entanto esta casa não pode ficar de forma nenhuma travar o município. Citou a cidade de Umbaúba, onde o percentual de créditos suplementares dado ao gestor é de 80% (oitenta por cento), comentou que suplementação dada ao município de Cristinápolis foi de apenas 5% (cinco por cento), impossibilitando a execução de serviços no município.

O edil Sebastião resumiu toda sua justificativa, reconhecer que o executivo falhou na elaboração da LOA 2023, notando-se que toda população e alunos estão sendo prejudicados por conta do embate político nesta casa.

O Sr. José Cláudio pediu ter parte na conclusão do pensamento do nobre colega, disse que respeita os votos dos colegas, mas que em momentos como estes devemos pensar coletivamente e não de forma pessoal. Reforçou que é importante um acordo entre os poderes para de maneira imediata iniciasse as aulas no nosso município.

O vereador Sebastião Vitor, frisou que os 36 milhões da educação são previsão de despesa, e que não foi gasto nem 5% (cinco por cento) deste montante. Incluído que a correção depende desta casa legislativa.

O edil Cristiano Soares de Menezes usou a tribuna para comentar que não início das aulas prejudica toda população cristinapolense, comentou também que se houve um erro no orçamento, que os edis possam corrigir. Ressaltando o direito legítimo de manifestação da população de Cristinápolis pelo direito à educação.

Continuando sua explanação, Cristiano convidou o vereador Jorge Icaro, onde ambos participam da comissão de Educação na Câmara municipal, para convocar uma audiência pública com os pais de alunos que estão sendo prejudicados.

O parlamentar Gilberto Alves tomou parte comentando a situação das escolas que se encontram situações precárias e impossíveis de iniciar as aulas em tempo hábil para o começo do ano letivo.

O vereador Ademilson oliveira relatou que a votação dos créditos virou assunto pessoal, sendo necessário a votação favorável para o início das aulas no município.

Jorge Ícaro de Santana Hora, comentou que o governo do estado de Sergipe enviou dinheiro para as reformas das escolas municipais, onde o início começou no ano passado, sendo assim não falta recurso para o termino destas obras. Relatando que é impossível iniciar as aulas neste estado que os colégios estão comentando a necessidade de achar os culpados por esta calamidade que a população está vivendo.

O edil Landerrobson Jairon justificou a sua futura ausência numa futura reunião da comissão de educação, pois participará de uma reunião importantíssima em Aracaju na próxima quinta-feira.

O vereador Sebastião citou que orçamento não é dinheiro, orçamento é autorização para gastar.

O parlamentar Jorge Icaro, perguntou qual a garantia do orçamento para o vereador Sebastião Vitor, que justificou sua resposta dizendo que é o empenho.

O edil Jorge Icaro garantiu as reformas das escolas estão garantidas, que através do empenho pelo contrato que foi firmado no ano de 2022.

O vereador Landerrobson Jairon, justificou que existe uma modalidade de resto a pagar para garantir o pagamento dos contratos de anos anteriores.

Sebastião Vitor retrucou que mesmo com essa modalidade, precisam ser empenhados novamente no próximo ano. Citou que orçamento com erro e cabe aos edis corrigir.

O edil Landerrobson Jairon perguntou aos vereadores se eles tinham noção de como o servente de pedreiro e pedreiro estão recebendo dinheiro. Justificou que estão recebendo através de um cara chamado negão, por acordo em mãos, sem registros trabalhistas.

O vereador Cristiano finalizou sua fala, dizendo que a Câmara Municipal é a única que pode solucionar esta problemática.

O vereador Landerroson Jairon iniciou sua fala nas considerações finais, deixando claro que o resultado final desta problemática sairá hoje na audiência no fórum de Cristinápolis. Relatou a legitimidade das manifestações e criticou a alienação sofrida por parte dos manifestantes, onde alguns vieram com intuito praticar vandalismo.

Destacou também que o oferecimento da educação é de responsabilidade do poder Executivo. Relatou também o sucateamento da frota municipal, evidenciado que o problema é a ingerência da secretaria de Educação.

Em seguida, relatou ao vereador José Claudio que quem propôs a emenda de 1% (um por cento) de crédito suplementar foi o atual secretário de Educação do município na gestão de padre Raimundo.

O vereador José Claudio iniciou suas considerações finais dando bom dia a todos, relatando que a perseguição ao padre Raimundo se estendeu ao prefeito Sandro de Jesus.

Eventualmente o vice-prefeito falou que houve um erro no orçamento e que a Câmara municipal é a única instituição legítima para aprovar as correções.

Citou também que a comparação que o vereador Jorge Icaro de Santana hora, comparando o prefeito de umbaúba como um bom gestor. Entretanto ressaltou que ele precisa vê na cidade vizinha que também tem problemas, comentando que o prefeito Sandro é um dos melhores da região.

O parlamentar Jorge Icaro retrucou dizendo que há pouco tempo uma senhora veio a relatar que não conseguiu marcar exames, lhe pedindo ajuda.

O edil José Claudio respondeu que é estranho, pois o município de Cristinápolis é um dos que mais marca exames no estado de Sergipe.

Comentando também que os comerciantes estão ansiosos para a festa de aniversário da cidade, que somente poderá ser realizada com autorização desta casa legislativa.

Da mesma forma, relatou que a conclusão das reformas das escolas municipais em andamento, depende de autorização legislativa.

O presidente da Câmara municipal Adelmo Gonçalo perguntou ao vereador José Cláudio, eu quero entender a palavra o tempo era outro?

O vereador José Cláudio respondeu que as coisas mudam e estamos em 2023.

O vereador Jorge Icaro iniciou sua fala nas considerações finais, cumprimentando a todos presentes, relatando a indignação por que acabaram de reprovar o projeto da plataforma pública que fiscalizar obras no município, nada mais um motivo para a evitar a fiscalização por parte da população.

O edil José Cláudio respondeu que já existe várias ferramentas para fiscalizar essas obras em andamento.

O parlamentar Jorge Icaro comentou sobre a audiência no Poder Judiciário para resolver esta problemática do início das aulas. Frisando que quem gere a máquina pública é o poder executivo, citou também o outdoor que fora colocado na entrada da cidade e foi destruído por alguns funcionários da atual gestão.

Concedendo parte, o vereador Adelmo comentou que o Vice-prefeito disse que realmente o que estava impresso no outdoor é verídico.

O vereador Landerroson Jairon respondeu que os manifestantes foram usados como massa de manobra, juntamente que estariam aguardando para jogar ovos nos parlamentares. Por outro lado, lembrou de outro ato que aconteceu no ano passado em frente desta casa legislativa, onde houve uma emenda que vinculava somente para pagamento de salários, desmobilizando futuros atos e desmascarando a atual gestão.

Além disso comentou dizendo que é a gestão da maquiagem Mary kay, finalizando que a gestão do padre Raimundo foi a mais corrupta da história e que será superada pela gestão de Sandro de Jesus.

O edil Icaro Hora, relatou que os funcionários estão sendo coagidos pela atual gestão para comparecerem as manifestações. Onde o mesmo carrega a culpa por ter escolhido a atual gestão anteriormente.

Pedindo parte, a vereadora Elielma Quintela, ressaltou a presença do ex-prefeito José Oliveira, pedindo auxiliar a atual gestão, pois o mesmo não responde nenhum processo sobre o mal-uso do dinheiro público.

O parlamentar Icaro Hora, ressaltou que as obras realizadas pelo ex-prefeito Zé Oliveira estão sendo apenas pintadas e continuam em péssimas condições. Finalizando a fala agradecendo a oportunidade.

O vereador presidente Adelmo comentou que os vereadores e a câmara municipal são apoiadores para o início do ano letivo na rede municipal. Finalizando agradecendo a Polícia Militar pela manutenção da ordem durante a manifestação e a todos presentes.

Nesta feita, não havendo mais matérias legislativas a serem trabalhadas e debatidas, o presidente encerrou às 12:00 (doze horas) a 7ª Sessão Ordinária do 1º Período do Poder Legislativo.